



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Procuradoria Geral do Município



**CONTRATO 056/2016**  
**PROCESSO Nº 4950/2015**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015**  
**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**  
**REGISTRO DE PREÇOS Nº 032**

**Contratante:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Othon, nº 456, térreo - Centro - Paracambi/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.206.510/0001-94, representada pelo **Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida**, solteiro, residente na Rua Dominique Level, 409 apt. 301, Centro, Paracambi, RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 5237682-6 IFP e do CPF nº. 374.265.087-49.

**Contratada:** SOGAMAX DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.857.492/0001-36, sediada na Rua José Peres Ximenes, 78 - Centro - Cardoso Moreira/RJ, CEP 28180-000, neste ato representada pelo Sr. **Marcio Cosendey Alves**, portador da Carteira de Identidade nº 071217350 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 943.375.947-87.

Nos termos da proposta da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/16**, estabelecemos Contrato de aquisição de medicamentos judiciais, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 024/15, devidamente homologado pelo Gestor do Fundo Municipal em 26 de janeiro de 2016, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes e mediante as cláusulas e condições a seguir:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato de aquisição de medicamentos judiciais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos na requisição de compra com base na Ata de Registro de Preços nº 003/2016, cujo teor integra este instrumento, independente de transcrição.

Discriminação do Objeto:

**PROCESSO DE REQUISIÇÃO Nº 2426/2016.**

Itens do Contrato:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Total
263826	Clonazepan 2 mg comp.	Unidade	1500.0000	R\$ 720,00
270078	Amitriptilina 25 mg	Unidade	180.0000	R\$ 115,20
270233	Timolol 0,5% (frasco)	Unidade	6.0000	R\$ 10,20
284469	Cloridrato de Amantadina 100 mg - comprimido	Unidade	480.0000	R\$ 268,80
284474	Cloridrato de Mebeverina 200 mg - comprimido	Unidade	240.0000	R\$ 763,20
284497	Tartarato de Tolterodina 4 mg - comprimido	Unidade	60.0000	R\$ 6.324,00
284498	Dexador 10 mg - comprimido	Unidade	360.0000	R\$ 630,00





284536	Esomeprazol Magnésio 20 mg - comprimido	Unidade	60.0000	R\$ 189,00
284540	Esomeprazol Magnésio 40 mg - comprimido	Unidade	380.0000	R\$ 1.824,00
284638	Optive colírio - frasco com 10 mL	Unidade	2.0000	R\$ 163,60
284647	Pantoprazol 20 mg - comprimido	Unidade	208.0000	R\$ 536,64
284657	Rosuvastatina Cálcica 10 mg - comprimido	Unidade	60.0000	R\$ 151,20
284676	Clobazam 10 mg - comprimido	Unidade	120.0000	R\$ 140,40
284684	Vasenol (Pele Ressecada) - frasco com 120 mL	Unidade	2.0000	R\$ 71,00
284686	Vildagliptina 500 mcg + Cloridrato de Metformina 1.000 mcg - comprimido	Unidade	112.0000	R\$ 302,40
284954	Clexane 80 mg	Unidade	120.0000	R\$ 9.540,00
285561	Nimodipino 30 mg - comprimido	Unidade	600.0000	R\$ 600,00
285667	Valsartana + Hidroclorotiazida + Anlodipino 160/12,5/5 mg - comprimido	Unidade	120.0000	R\$ 450,00
285783	Insulina Lantus - Caneta Descartável SoloStar 3 mL	Unidade	66.0000	R\$ 6.369,00
286461	Fumarato de Quetiapina XRO 50 mg - comprimido	Unidade	240.0000	R\$ 1.248,00
286603	Metotrexato 2,5 mg - comprimido	Unidade	60.0000	R\$ 108,00
287603	Fumarato de Quetiapina 100 mg - comprimido	Unidade	120.0000	R\$ 846,00
287620	Sabonete Líquido Tricosan 0,5%	Litro(s)	4.0000	R\$ 70,00
287981	Ustequinumabe 45 mg (Frasco)	Unidade	2.0000	R\$21.500,00
288039	Óleo de Peixe 100 mg (Comprimido)	Unidade	360.0000	R\$ 334,80
288041	Risperidona 0,25 mg (comprimido)	Unidade	180.0000	R\$ 387,00
288044	Rivastigmina 1,5 mg (Comprimido)	Unidade	180.0000	R\$ 900,00
288046	Cloridrato de Dornepézila 05 mg (Comprimido)	Unidade	120.0000	R\$ 492,00
288047	Leflunomida 20 mg (Comprimido)	Unidade	60.0000	R\$ 642,00
288054	Maleato de Indacaterol 150 MCG	Unidade	60.0000	R\$10.392,00
288056	cloridrato de oxicodona 10 mg - Comprimido	Unidade	240.0000	R\$ 1.488,00
288057	PKU MED B PLUS - (LATA C/ 500 GR)	Unidade	9.0000	R\$ 9.450,00
288059	Fenofibrato 200 mg - Comprimido	Unidade	120.0000	R\$ 261,60
288062	norditropin nordiflex 5 mg	Unidade	8.0000	R\$ 3.416,00
288065	dornase alfa	Unidade	10.0000	R\$12.900,00
288069	Alphagam Z - colírio/frasco com 5 mL	Unidade	3.0000	R\$ 88,95
288070	Somatropina 4 UI / mL Ampola	Unidade	30.0000	R\$ 4.440,00
288071	Entacapon 200 mg - comprimido	Unidade	60.0000	R\$ 750,00
288075	Pegvisomanto 10 mg - frasco - ampola	Unidade	150.0000	R\$34.290,00
288076	Levodopa + Cloridrato de Benserazida 200/50 mg - comprimido	Unidade	870.0000	R\$ 1.592,10
288077	Levodopa + Cloridrato de Benserazida 100/25 mg - comprimido	Unidade	240.0000	R\$ 228,00
288081	Insulina Detemir 100 UI/ml - sistema de aplicação pré-preenchido com 3 ml.	Unidade	14.0000	R\$ 890,40
288088	Insulina Lispro 100 UI/ml - sistema de aplicação pré-preenchido com 3 ml. (Seringa/Caneta)	Unidade	28.0000	R\$ 845,60
288284	Diclofenaco Gel	Unidade	26.0000	R\$ 262,60
288287	Fórmula líquida ou em pó nutricionalmente completa, hipercalórica, isento de lactose, sem glúten e com densidade calórica de 1,5 kcal/ml - sabor baunilha	Lata	30.0000	R\$12.750,00

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 149.741,69 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos); Ata de Registro de Preços nº 003/16.

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

  
  
2



2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2016, no programa de trabalho:

Fundo Municipal de Saúde – no programa de trabalho 1915-21.01.10.301.0061.2191-33.90.32.00.00.00.00

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato contados a partir de 18 de maio de 2016 e térmios previstos para 26 de janeiro 2017, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3



#### **4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

##### **4.1 - Do Município:**

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

##### **4.2 – Da Contratada:**

4.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 024/2015;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento de produtos executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.5 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº. 024/2015;

4.2.6 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

4.2.7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.8 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

#### **5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES**



5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

6.1.1 - advertência por escrito;

6.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

6.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

6.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

6.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

6.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

6.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

6.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

6.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

6.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

6.2.3 - paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

5



6.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

6.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

6.2.6 – produtos fornecidos de baixa qualidade;

6.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;

V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

6.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.8.3 - Indenizações e multas.

6.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Procuradoria Geral do Município



## 7.0 - DOS CASOS OMISSOS.

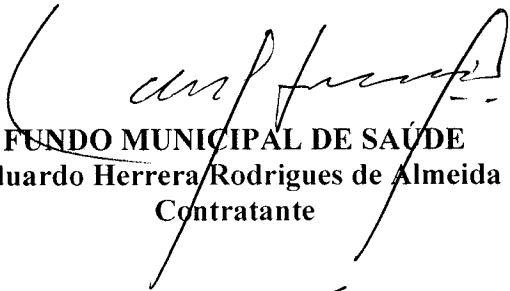
7.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi, 18 de maio de 2016.

  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Eduardo Herrera Rodrigues de Almeida  
Contratante

  
**SOGAMAX DISTRIBUIDORA DE PERFUMARIA LTDA ME**  
Marcio Cosendey Alves  
Contratado

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: